



## **ECOLOGICAMENTE (IN)CORRETO: CONSIDERAÇÕES SOBRE O DISCURSO NEOLIBERAL PARA A APROPRIAÇÃO E MERCANTILIZAÇÃO DA NATUREZA**

Jéssica Karoliny Gomes Ribeiro<sup>1</sup>, Carlos Estevão Ferreira Castelo<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Mestranda da Universidade Federal do Acre, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Rio Branco, Acre, Brasil; <sup>2</sup> Professor Titular de Teoria Econômica da Universidade Federal do Acre. Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia Rio Branco, Acre, Brasil  
[jessica.ribeiro@sou.ufac.br](mailto:jessica.ribeiro@sou.ufac.br); [carlos.castelo@ufac.br](mailto:carlos.castelo@ufac.br)

Recebido em: 26/04/2024; Aceito em: 17/06/2024; Publicado em: 30/07/2024  
DOI: <https://doi.org/10.29327/2463817.6.1-11>

### **RESUMO**

Este *paper* possui a finalidade de discutir a mercantilização da natureza como resultado da política neoliberal. Foram abordados pontos como a relação entre trabalho e capitalismo, o neoliberalismo e a mercantilização da natureza. Problematizou-se ainda o processo de mercantilização no estado do Acre. Para tanto, realizou-se uma revisão bibliográfica utilizando-se as obras dos seguintes autores: Marx (2010 [1867]), Harvey (2004), Ponte (2014), Vesentini (1992), Gonçalves (2010), Schmidlehner (2012) Penna-Firme (2015), Paula e Morais (2013), etc. A preocupação com questões ambientais surge na década de 1960 com o questionamento acerca de como as atividades humanas impactam no meio ambiente. Na década seguinte, com a reestruturação produtiva/neoliberalismo, a mercantilização da natureza é aprofundada. O Brasil foi inserido nessa lógica por ter em seu território a Amazônia, com uma diversidade de fauna e flora, além de potencialidades ainda desconhecidas, sob a face do desenvolvimento sustentável. No caso do estado do Acre, que possui um histórico ligado com a natureza, foi por volta da década de 1990 que se inseriu na lógica do capitalismo verde, com o governo da “florestaria”. O Acre torna-se pioneiro com relação a serviços por pagamentos ambientais, e a mercantilização da natureza passa a ser expressa através do mercado de carbono.

**Palavras-chave:** Neoliberalismo; Mercantilização; Natureza.

### **ECOLÓGICAMENTE (IN)CORRECTO: CONSIDERACIONES SOBRE EL DISCURSO NEOLIBERAL DE APROPIACIÓN Y MERCANTILIZACIÓN DE LA NATURALEZA**

### **RESUMEN**

El objetivo de este documento es debatir la mercantilización de la naturaleza como resultado de las políticas neoliberales. Se abordaron puntos como la relación entre trabajo y capitalismo, neoliberalismo y mercantilización de la naturaleza. También se problematizó el proceso de mercantilización en el estado de Acre. Para ello, se realizó una revisión bibliográfica a partir de los trabajos de los siguientes autores: Marx (2010 [1867]), Harvey (2004), Ponte (2014), Vesentini (1992), Gonçalves (2010), Schmidlehner (2012) Penna-Firme (2015), Paula y Morais (2013), etc. La preocupación por las cuestiones ambientales surgió en la década de 1960 con el cuestionamiento de cómo las actividades humanas impactan en el medio ambiente. En la década siguiente, con la reestructuración productiva/neoliberalismo, se profundizó la mercantilización de la naturaleza. Brasil se incluyó en esta lógica porque su territorio es

la Amazonia, con una diversidad de fauna y flora, así como un potencial aún desconocido, bajo el pretexto del desarrollo sostenible. En el caso del estado de Acre, que tiene una historia ligada a la naturaleza, fue alrededor de los años 90 cuando se incorporó a la lógica del capitalismo verde, con el gobierno «forestal». Acre se convirtió en pionero en materia de servicios de pago medioambientales, y la mercantilización de la naturaleza pasó a expresarse a través del mercado del carbono.

**Palabras clave:** Neoliberalismo; mercantilización; Naturaleza.

## ***ECOLOGICALLY (IN)CORRECT: CONSIDERATIONS ON THE NEOLIBERAL DISCOURSE FOR THE APPROPRIATION AND COMMODIFICATION OF NATURE***

### **ABSTRACT**

This paper aims to discuss the commodification of nature as a result of neoliberal policy. Points such as the relationship between work and capitalism, neoliberalism and the commodification of nature were addressed. The process of commodification in the state of Acre was also problematized. To this end, a bibliographical review was carried out, using the works of the authors: Marx (2010 [1867]), Harvey (2004), Ponte (2014), Vesentini (1992), Gonçalves (2010), Schmidlehner (2012) Penna-Firme (2015), Paula and Morais (2013) etc. Concern with environmental issues emerged in the 1960s with the question of how human activities impact the environment. In the following decade, with productive restructuring/neoliberalism, the commodification of nature deepened. Brazil was included in this logic because it has the Amazon in its territory, with a diversity of fauna and flora, in addition to still unknown potential, under the guise of sustainable development. In the case of the State of Acre, with a history deeply linked to nature, it was around the 1990s that it was inserted into the logic of green capitalism, with the “forestry” government. Acre becomes a pioneer in relation to services for environmental payments, and the commodification of nature begins to be expressed, among other mechanisms, through the carbon market.

**Keywords:** Neoliberalism; Commodification; Nature.

## **1. INTRODUÇÃO**

A preocupação com o meio ambiente e os efeitos negativos das ações antrópicas emergem a partir da década de 1960, período marcado pelo fortalecimento dos movimentos sociais e da questão ambiental.

Entretanto, somente na década de 1970, observa-se um debate mais amplo sobre os impactos provocados ao planeta pelo paradigma produtivo fundado na Revolução Industrial. Desse modo, ações afirmativas são iniciadas. Por outro lado, nessa mesma década, o capital inicia um processo de reestruturação econômica objetivando superar a crise no modelo de acumulação taylorista/fordista.

Como forma de minimizar os impactos financeiros e “sair” da crise estrutural que atravessava, o capital desenvolve novos sistemas de acumulação: a estratégia neoliberal. De acordo com essa premissa, o Estado deveria ser mínimo, e tudo se tornaria mercadoria, inclusive a natureza, que deveria ser explorada, mas de forma “inteligente”, ou seja, com a preocupação de garantir a reprodução da vida no futuro. Em outras palavras e conforme a “cartilha” neoliberal, o sistema deveria ser suavizado (ou “esverdeado”). O desenvolvimento então, é

adjetivado e passa a incorporar o termo sustentável. Contudo, trata-se de uma mercantilização da natureza e da vida, que expõe novas formas de dominação. É o imperialismo contemporâneo utilizando-se do discurso de preservação da natureza. Um laboratório dessas práticas do capitalismo verde aconteceu no Estado do Acre, no período que ficou conhecido como “florestania” ou “governo da floresta”.

Isso posto, o objetivo deste artigo é realizar uma discussão acerca da mercantilização da natureza sob o ponto de vista geográfico, colocando em evidência o discurso neoliberal para a apropriação e comercialização dos bens naturais, bem como problematizar as implicações da perda de autonomia e a alteração da dinâmica do território.

Buscou-se trazer reflexões teóricas que abordam: a concepção de trabalho e o capitalismo; neoliberalismo e a mercantilização da natureza na Amazônia e, particularmente, no estado do Acre. Para tanto, aplica-se aqui como metodologia, uma revisão bibliográfica, pautada pelas ideias de: Harvey (2004), Ponte (2014), Vesentini (1992), Gonçalves (2010), Schmidlehner (2012), Penna-Firme (2015), Paula e Morais (2013), entre outros. Convém mencionar ainda, que este texto é resultado das leituras e debates realizados na disciplina de Geografia do Trabalho, que se dedicou a uma revisão conceitual sobre o tema que a nomeia – o trabalho, junto ao programa de Pós-Graduação, em nível de Mestrado em Geografia, pela Universidade Federal do Acre.

## **2. TRABALHO E CAPITALISMO: BREVES CONSIDERAÇÕES**

Karl Marx, em “O Capital”, obra que apresenta sua teoria sobre a sociedade burguesa, expressa que a força de trabalho é o próprio trabalho. O trabalhador vende a sua força de trabalho por não possuir outros meios de produção, assim, esse elemento é mercadoria, como tudo o mais na forma capitalista de organização da produção. Para Marx, o capitalismo é um imenso acúmulo de mercadorias, sendo o trabalho uma categoria central da sociedade capitalista: é “[...] antes de tudo, um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza” (Marx, 2010 [1867], p. 211). Prieb e Carcanholo (2011), ao debaterem sobre os conteúdos de Marx, afirmam que a gênese do trabalho se encontra com a humanidade, que age no sentido de satisfazer as suas necessidades, com isso, o trabalho tem por finalidade maior produzir riqueza.

Marx afirma que o trabalho é uma ação exclusiva ao homem/mulher, pois, além de produzir mercadorias, ele também as consome. A partir dessa compreensão é possível

acrescentar outra concepção, a de que “[a] origem da mais-valia encontra-se, assim, em uma relação de exploração do trabalho em que os assalariados são ‘obrigados’ a trabalhar para o capitalista” (Prieb; Carcanholo, 2011, p. 151). No processo de produção, o trabalho humano consegue gerar um valor acima do seu próprio valor, também chamado de mais-valia.

O *modus operandi* do trabalho é transformar a natureza e dar sentido a ela, utilizando-a para findar com as suas necessidades. Segundo Marx, os elementos que compõem o processo de trabalho são: “1) a atividade adequada a um fim, isto é o próprio trabalho; 2) a matéria a que se aplica o trabalho, o objeto de trabalho; 3) os meios de trabalho, o instrumental de trabalho” (Marx, 2010 [1867], p. 212). A terra é o objeto universal do trabalho, assim como outros objetos que provêm da natureza. Esta oferece a matéria-prima, que se torna tal após a transformação, quando lhe é dado sentido e finalidade. Nessa condição há o intercâmbio de elementos naturais para com o homem/mulher.

Os meios de trabalho são instrumentos pelos quais se exerce determinada ação sobre o objeto de trabalho, como ferramentas, por exemplo. Tal transformação do objeto dá-se ao utilizar essas ferramentas. Por conta disso, segundo Prieb e Carcanholo (2011), o objeto de trabalho e os meios de trabalho resultam no meio de produção.

Na sociedade capitalista o trabalhador é subordinado ao capital e vende a sua força de trabalho para tentar sobreviver. Porém, esse sistema sempre subordina (incorpora) menos pessoas trabalhadoras do que existem. O que resta curioso é o fato de que o capital necessite desses trabalhadores (“livres”) tanto para produzir quanto para consumir/comprar o que foi produzido, ensejando uma situação em que a eles não é dado o devido valor. A esse contingente de trabalhadores “livres” dá-se o nome de “exército de reserva”, porque fica à espreita de uma “oportunidade”, mesmo que o capital não se interesse por utilizá-lo. Segundo Marx (*apud* Prieb; Carcanholo, 2011, p. 149), “o trabalhador torna-se mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder de extensão”. Sobre a “alienação de trabalho” de Marx, há dois lados:

[...] na relação do trabalhador com os produtos de seu trabalho e na relação do trabalhador de seu trabalho e na relação do trabalhador com o interior no processo de valorização. De que um lado, o trabalhador encontra-se alienado do fruto do seu trabalho, pois ele produz não para si, mas para o proprietário dos meios de produção; de outro, o trabalhador não encontra satisfação em seu trabalho pois não tem qualquer poder e forma de produzir, o que lhe traz, em vez de satisfação, apenas desgaste físico e mental (Marx *apud* Prieb; Carcanholo, 2011, p. 149).

O capitalismo, segundo Vesentini (1992), explora tanto o homem/mulher quanto a natureza ao explorar de forma intensa os recursos naturais finitos. Para Marx (2010 [1867] *apud* Prieb; Carcanholo, 2011, p. 150), os meios pelos quais o trabalho existe servem para medir a força de trabalho e o seu desenvolvimento, e indicam as condições sociais nas quais se realiza o trabalho; este mesmo trabalho, o seu meio de trabalho, é o que distingue as “eras” econômicas.

Segundo Antunes (2018), capitalismo em escala mundial, nas últimas quatro décadas, transformou-se radicalmente, sob a lógica do padrão flexível. Isso acarretou transformações no mundo do trabalho (flexibilização e precarização). Tal transformação caminha em conjunto com a financeirização e mundialização da economia, passando o capital a integrar todos os empreendimentos e os subordinando, processo este em que Estado assume importância, porque atua no direcionamento dos negócios da burguesia financeira e da desregulamentação dos mercados. Esse *status quo* vem caracterizando uma era de “[...] desemprego estrutural, de trabalhadores e trabalhadoras empregáveis no curto prazo, por meio das (novas e) precárias formas de contrato, em que a terceirização, informalidade, precarização, materialidade e imaterialidade são mecanismo vitais [...]” (Antunes, 2018, p. 174).

O sistema capitalista, durante a década de 1970, começa a dar sinais de uma crise estrutural no padrão de acumulação taylorista/fordista. A alternativa para uma “saída” da crise, que provocou “perda de dinamismo das economias desenvolvidas, queda das taxas de lucro, e a estagflação” (Bresser-Pereira, 2009, p. 17), foi a reorganização do capital. O capital precisou se reinventar. Nesse processo de recuperação, engendrou-se o neoliberalismo, que implicou em privatizações, desregulamentação dos direitos trabalhistas, na reformulação da estrutura da produção e do trabalho, e na destruição da natureza em grande escala. Era necessário encontrar formas para restabelecer o controle, e utilizar de diferentes escalas “para garantir o processo de acumulação por meio do controle social exercido com os sujeitos e seus territórios” (Ponte, 2014, p. 206).

Aliado a novas técnicas de gerenciamento de trabalho e a novas formas técnico-científicas, a “abertura” comercial reforçou o poder de antigas potências econômicas, como a União Europeia e o Estados Unidos, que foram afetados pela crise, e ainda alguns países asiáticos, como o Japão. Com relação ao Terceiro Mundo, essa reorganização o incorporou, na forma de subordinação e dependência. A esse respeito, Antunes (2015) afirma que

O capital deflagrou, então, várias transformações no próprio processo produtivo, com a constituição das formas de acumulação

flexível, do *downsizing*, da gestão organizacional, do avanço tecnológico, dos modelos alternativos ao binômio taylorismo/fordismo, dos quais se destaca sobretudo o toyotismo ou modelo japonês (Antunes, 2018, p. 174).

Bresser-Pereira (2009) expõe que durante a década de 1980, as teorias e práticas neoliberais estiveram mais presentes, consubstanciando uma visão de que o Estado é um empecilho. Por isso, seria necessário seu enfraquecimento. O mercado nessa concepção, é um mecanismo de competição econômica regulado pelo Estado, mas, de forma mínima. Este “mínimo” se refere a: 1) encarregar a produção de determinados bens básicos relacionados com a infraestrutura econômica; 2) desmontar o Estado Social; 3) renunciar ao investimento produtivo e ao desenvolvimento tecnológico e científico; 4) não regulamentar os mercados, principalmente o financeiro, que seriam autorregulados.

Essa ideologia neoliberal é empregada por ricos contra os trabalhadores e o Estado democrático. De acordo com Duménil e Lévy (2007), o neoliberalismo foi um golpe político, porque manteve e restaurou antigos privilégios da elite, demonstrando haver uma relação estreita entre esse modelo econômico e o imperialismo. Assim, países industrializados extraem lucro de países em situações “inferiores” – é o processo de dominação sobre o Terceiro Mundo. É nesta mesma década de 1980, que tal dominação aparece no bojo da proposta da sustentabilidade, que é empregada como estratégia de “apropriação da natureza enquanto produção de mercadoria para compor as engrenagens da lógica do capital e para isso, as estratégias passam a ser ampliada para a escala global” (Ponte, 2014, p. 192).

## **2.1 O neoliberalismo e a mercantilização da natureza**

Segundo Gonçalves (2010), a década de 1960 marca um importante passo à frente da questão ecológica, devido ao afloramento dos movimentos sociais. Além de criticar o modo de produção, esses protestos levantaram crítica ao modo de vida, com uma preocupação sobre a ecologia.

No contexto internacional, tal pressão fez com que ocorressem investimentos em instituições públicas e privadas, com isso, o Estado cria instituições que se ocupam com o meio ambiente. No contexto brasileiro, esse movimento ecológico emerge a partir da década de 1970, no mesmo período em que o país estava sob o domínio da ditadura militar; à época, o grêmio estudantil era parte da resistência, e “(...) acreditava que o subdesenvolvimento do país se devia fundamentalmente à ação do imperialismo, que tinha como aliado interno a oligarquia latifundiária” (Gonçalves, 2010, p. 13).

Mesmo que o ambientalismo pretenda defender a todos, ao homem/mulher e a Terra, Vesentini (1992) adverte para o fato de que, apesar dessa discussão ter ganhado, ao longo dos anos, as camadas mais populares, a defesa não é para todos. Entretanto, essa problemática ainda é vista como uma “contradição secundária”. Cabe salientar o contexto no qual a crise ecológica “surge”, em condições de estagnação econômica do capital, notadamente nos países do hemisfério norte, de 1973 a 1979. Nas conferências das Nações Unidas (1972; 1992; 2012) sobre a temática, não questionaram a gênese do capitalismo como o real problema de questões socioambientais, mas elegem a tecnologia como uma saída para as questões de degradação ambiental (Campello, 2013).

Em 1983, houve a criação da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento pelas Nações Unidas, quando se formou a Comissão de *Brundtland*, que mais tarde, no ano de 1987, resultaria no relatório com o título “Nosso Futuro Comum”. Conforme Ferreira (2013), esse documento introduziu o conceito de equidade entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento, buscando a aproximação entre economia e ecologia. Schmidlehner (2012) disserta que esse relatório incorpora o conceito de desenvolvimento sustentável, adaptando gradualmente a ideia dominante, que irá evoluir aos poucos para os caminhos da mercantilização da natureza. Sobre a temática, Görg (2003) faz uma consideração:

Se por um lado estas convenções procuraram ganhar controle sobre os desequilíbrios que o capitalismo vem causando na natureza e nas sociedades, por outro lado, elas refletem e consolidam os pressupostos da economia neoliberal e aquilo que foi descrito como a regulação pós-fordista da natureza reafirmando assim o paradigma da dominação (Görg, 2003 *apud* Schmidlehner, 2012, p. 14).

Dentre outras convenções, cabe destacar a Rio+20, evento em que a economia verde aparece com a finalidade de erradicar a pobreza ao “harmoniza o desenvolvimento econômico e a melhoria ambiental, com aumento de renda, emprego e melhoria dos padrões de vida, com o uso sustentável do meio ambiente por meio do mecanismo de preço dos mercados” (Ferreira, 2013, p. 57).

Guimarães e Fontoura (2012 *apud* Ferreira, 2013), ao analisar discursos proferidos durante a Rio+20, interpretam que indiretamente, é exposta a importância do setor privado para o desenvolvimento sustentável, reafirmando valores neoliberais, fortalecendo as intenções dos países do norte. Percebe-se sobressair a reafirmação dos valores econômicos ao invés das questões ambiental e social. Schmidlehner (2012) discorre outro ponto relevante nessa

discussão, relacionada ao Consenso de Washington, visando à abertura e flexibilização do capital, utilizando da “autorregulação dos mercados”. Tal flexibilização e a expansão de empresas multinacionais deram início ao neoliberalismo, mas não houve o tal equilíbrio do mercado, como se esperava, pois criou-se, na verdade, espécies de “bolhas mercantis”, que causaram o colapso da(s) economia(s) emergente(s).

Historicamente, o sistema capitalista não remunera seus custos ecológicos e sociais, mas apenas os custos da produção. Até mesmo a alternativa “verde” resulta incompetente. Para Jackson (2009 *apud* Cardoso, 2020) essa questão é complexa, merecendo elencar alguns motivos: 1) o crescimento é insustentável devido à produção demandar recursos, gerar custos ambientais e agravar questões no que tange ao bem estar social; 2) pode ocasionar o desemprego, falências e até mesmo recessões, ocasionando outros problemas em outras esferas, como a social, que em um contexto amplo, pode, por sua vez, acarretar conflitos internacionais. Portanto, o capitalismo verde ou de uma economia ecologicamente correta não passa de uma utopia. Smith (2015) argumenta que este capitalismo está fadado ao fracasso:

1) Maximizar o lucro e proteger os ecossistemas são duas ideias e práticas que estão inerentemente em conflito. A maximização do lucro é uma regra que supera tudo e define as possibilidades e os limites da reforma ecológica; 2) Nenhum governo capitalista pode impor “impostos verdes” que conduziriam importantes e poderosas indústrias para fora do negócio; 3) Há uma subestimação da gravidade, extensão e velocidade do colapso ecológico global que enfrentamos; 4) Há uma sobrestimação do potencial da produção “limpa” e da “desmaterialização” da economia; 5) O consumismo não é apenas cultural ou uma questão de hábito. É indispensável para a reprodução capitalista num sistema em que capitalistas, trabalhadores e governos estão fechados num ciclo de aumento perpétuo do consumo para manter os lucros, postos de trabalho e receitas fiscais (Smith, 2015 *apud* Cardoso, 2020, p. 184).

A mercantilização da natureza, segundo Penna-Firme (2015), vincula-se ao modo gradativo em que a natureza vem/está sendo manipulada e utilizada para acúmulo de capital.

Utiliza-se também o termo *green grabbing* (apropriação verde) para designar formas de apropriação da natureza. As relações que existem por meio da distribuição e consumo avançam pelo globo, dessa forma “[...] a natureza vem sendo percebida como capital natural, ou seja, a ela vem sendo atribuídos valores monetários, ao invés de valores de uso e valores intrínsecos de existência” (Penna-Firme, 2015, p. 110). Segundo esse autor, a valorização dos espaços no meio ambiente fomenta a cobiça do capital para com os recursos naturais. O acesso a esses tipos



de bens, paulatinamente, se fragmenta, sob os domínios de poucos, porém, impacta a muitos. Corporações, governos, instituições, indivíduos etc, quedam-se nas mãos destes que podem pagar por isso, que seguem a “(...) lógica de mercado, [em que] o capitalismo neoliberal em si, nutre-se das suas próprias contradições, e não pode superá-las, mas apenas mascará-las temporariamente” (Penna-Firme, 2015, p. 111). Ao se restringir tal meio natural, ocorre o aumento do valor de troca, afetando negativamente as pessoas que dependem desse meio para sobreviver, desde as suas atividades mais básicas, até ao seu meio de trabalho. Em razão disso, novos conflitos se sucedem, como aqueles advindos da ampliação de serviços ambientais que, teoricamente, agem em prol do meio ambiente.

Nesse contexto, o sistema capitalista entende como uma ameaça ao seu excedente os “impostos verdes”, que são transformados em alternativas ecológicas, porém, se refletem na mercantilização da natureza, que utiliza desse discurso para findar a natureza como mercadoria. Mesmo que ocorram iniciativas nas quais o discurso de preservação é necessário, deve-se ter olhares atentos para a forma “como” isso ocorre e “quem” é afetado por tais iniciativas “sustentáveis” (Bittencourt, 2018).

A “‘apropriação verde’ refere-se a todo e qualquer processo de apropriação de territórios para fins ambientais e para a promoção do desenvolvimento sustentável” (Penna-Firme, 2015, 113). Brockington *et al.* (2010, *apud* Penna-Firme, 2015) explica que este tipo de “conservação” possui uma ideologia neoliberal, que carrega a necessidade de criar e reinventar novas *commodities*, baseada e utilizando-se da ética ambiental. Por vezes, o capitalismo verde se apresenta como solução para minimizar as poluições ambientais, porém possui a tendência de encaminhar na direção do totalitarismo (Schmidlehner, 2012). Há casos, senão uma boa parcela deles, em que a criação de áreas de conservação é utilizada para compensar algo, entretanto, são nulas. Os prepotentes do desenvolvimento sustentável agem no sentido do aprofundamento da distribuição desigual de países marginalizados para com os países industrializados (Egri; Pinfield, 1999 *apud* Ferreira, 2013). Segundo Schmidlehner (2012, p. 14), nas últimas décadas, o processo de acumulação criou condições para que a natureza seja a base, ou parte de uma nova faceta de acúmulo capitalista, no qual a Economia Verde “não só deverá viabilizar o contínuo crescimento das indústrias exploradoras e poluidoras, mas, sobretudo, acarretará na invenção de uma gama de novos produtos financeiros, em grande parte baseados em diversos tipos de eco-créditos”.

Estes eco-créditos, gerados a partir dos serviços ambientais, tais como sequestro de carbono, primeiramente serão adquiridos por

indústrias poluidoras ou governos e empresas multinacionais que, através de megaprojetos, causam danos para o meio ambiente ou para comunidades locais. Eles conseguem assim compensar suas emissões ou impactos socioambientais. Desta forma, a lógica pós-fordista da flexibilização e desterritorialização se estende – além da flexibilização do capital financeiro e da mão de obra – até os processos naturais que, agora redefinidos como “serviços”, se tornam intercambiáveis e desvinculados do território. Qualquer degradação ambiental poderá ser compensada através de eco-créditos gerados em algum outro lugar do mundo. Em uma segunda etapa, os créditos serão vendidos e comprados nas bolsas de valores para atrair o capital especulativo (Schmidlehner, 2012, p. 14).

A implementação de uma economia liberal de mercado utiliza-se da mercantilização da terra, e subordina-se, a sua contra vontade, às leis do mercado, com a criação de mercadorias fictícias. Um mercado dito autorregulável é utópico, e a sua auto-regulamentação constitui uma inversão da tendência de desenvolvimento (Polanyi, 2000 *apud* Gameneiro; Martins, 2014). A economia de mercado, na qual o liberalismo econômico está baseado, caracteriza-se como um sistema econômico controlado pelo mercado, que regula desde a produção até os preços (Gameneiro; Martins, 2014). Ao citar Marx, estes mesmos autores debatem o fetiche da mercadoria, o associam com a sustentabilidade, ressignificam a relação do homem com a natureza, inserido-o em mercados como forma de sempre buscar meios de manter esse fetiche sobre as mercadorias. Leff (1986 *apud* Gameneiro; Martins, 2014) chama isso de ‘cultura ecológica’, afirmando que de certa forma, há o fetiche de mercado, devido ao modo pelo qual o meio ambiente “surge”, na qualidade de princípio ético e norteador de práticas tanto sociais quanto econômicas da sociedade, por conta da exploração econômica dos seus recursos.

Segundo Harvey (2004), o neoliberalismo ou Estado “facilitador” está configurado como um comércio livre, de controle monopolista ou de competição, limitada por estruturas de oligopólio. Essa “liberdade”, em um mundo de maravilhas, significa equidade e justiça, sendo possível identificar, com a fase atual do capitalismo, na qual o Estado prega *slogans* do tipo “empreendedorismo”, que há a superexploração do trabalho, implicando isso na sua precarização.

A acumulação por espoliação pode ocorrer de diversos modos e seu *modus operandi* tem muito de contingente e casual. Apesar disso, é onipresente, sem importar a etapa histórica, e se acelera quando ocorrem crises de sobreacumulação na reprodução ampliada, quando parece não haver outra saída a não ser a desvalorização (Harvey, 2004, p. 111).

No que tange ao centro da discussão, Harvey (2004) afirma que o atual abandono dos bens ambientais e a sua degradação são resultado da transformação da natureza em mercadoria, e na apropriação e exploração de outras culturas e crenças populares, além de privatizações. O autor nomeia essa onda de “cerceamento dos bens comuns”. Trata-se de um crescimento pautado na “acumulação por espoliação”, que encontra-se fixado no cerne do capitalismo global.

## **2.2 A mercantilização da natureza no Estado do Acre**

A região amazônica ao ser utilizada de forma ‘racional’ com a mercantilização da natureza, não atinge o seu objetivo de unir a questão econômica com a sustentável, devido o avanço da agropecuária, segundo Vesentini (1992), na qual poderia ser evitado, porém, percebe-se níveis alarmantes de desmatamento na Amazônia Legal. Dados do Instituto do Homem e o Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) atestam essa realidade, informando que de agosto de 2021 a julho de 2022, foram derrubados 10.781 km<sup>2</sup> de floresta, equivalente a sete cidades de São Paulo.

A Amazônia é vista mundialmente por aqueles que almejam lotes em suas florestas como “[...] espaço geopolítico, estratégico como regulador das possíveis mudanças climáticas e, para outros, uma fronteira econômica amplamente cobiçada pelas metrópoles brasileiras e por potências e corporações internacionais” (Campelho, 2013, p. 135). Passando ao entendimento de que essa área deve ser preservada, na medida em que o novo modo de produzir a veja como atual e futura reserva, Becker (2005) chama a atenção para o fato de que a “[...] lógica é a da acumulação, que vê a natureza como recurso escasso e como reserva de valor para a realização de capital futuro, fundamentalmente no que tange ao uso da biodiversidade condicionada ao avanço da tecnologia” (Becker, 2005, p. 74).

[...] é querer que essas pessoas paguem o preço da conservação global, sem, no entanto, serem adequadamente compensados por isso. Dessa maneira, centenas de moradores de UCS no Brasil e no mundo têm sido forçados a permanecer cristalizados em um estado idílico, romântico, e imaginados de tradicionalidade para benefício da conservação e do turismo (Penna-Firme, 2015, p. 117).

Os agentes que lutam em prol da Amazônia não levam em consideração as singularidades da região, a elite utiliza do discurso de “um bem comum a todos”, ao propor

uma forma de desenvolvimento sustentável, que inibe as atividades extrativistas das populações locais, excluindo as camadas sociais mais vulneráveis da região.

Foi aplicado à região o conceito de sustentabilidade, porém, mesmo que esse discurso seja importante, deve-se ter atenção quanto à bioeconomia desse espaço, sendo exigido globalmente, por entes e governantes, porque essas atividades econômicas nada acrescentam ao contexto social ali inserido, todavia, busca-se colocar a região amazônica no contexto interestatal capitalista neoliberal (Campello, 2013).

A inserção do capital na Amazônia brasileira para apropriação/exploração dos bens naturais não é algo recente. Segundo Paula e Moraes (2013), a primeira grande investida do capital ocorreu quando houve uma gigantesca demanda por látex (*Hevea Brasiliensis*) pelas indústrias do Estados Unidos e Europa Ocidental no final do século XIX e início do XX. No século XX, a mercantilização da natureza se faz presente no Acre sob a máscara do desenvolvimento sustentável, levada a efeito pelo governo dito da Frente Popular (1998-2018).

Segundo Schmidlehner (2012 *apud* Ponte, 2014), no Acre o desenvolvimento sustentável no governo da Frente Popular (1998-2018) esteve, desde o nascedouro, vinculado à lógica de acumulação do capital, que promovia o controle social dos recursos e territórios. Diante disso, o Acre foi inserido no contexto internacional, que passou, novamente, a ditar os rumos da dinâmica territorial da região, em um movimento patrocinado por diversas instituições, principalmente aquelas financiadoras do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre (PDSA), ou seja, Banco Mundial (BM), Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização Mundial do Comércio (OMC), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e ONGs (Mészáros, 2003 *apud* Ponte, 2014).

Sob a égide do desenvolvimento sustentável acontece uma verdadeira “privatização da floresta”, visto que a mesma pertencia ao coletivo, mas nesse tempo histórico, o que se viu foi o capital privado inserindo-se de forma legal, inicialmente, por meio do manejo florestal e depois, através da comercialização de créditos de carbono.

Com relação à comercialização de créditos de carbono, o Estado acreano é pioneiro nesse comércio “verde”. No ano de 2010, com a Lei nº 2.208/2010, cria-se o Sistema Estadual de Incentivos a Serviços Ambientais (SISA), e o Programa de Incentivos por Serviços Ambientais (ISA), e outros programas ambientais, que têm o financiamento público e privado, com mecanismo de compensações por serviços ambientais. Em relação ao carbono, o seu estoque se mensura por meio do REDD+ (Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação florestal + aumento das reservas florestais de carbono; gestão sustentável das

florestas; e conservação florestal). O ISA surge no intuito de transformar e incluir o Acre no mercado de créditos de carbono ao legalizar suas atividades poluidoras ou destruidoras (Khalili, 2022).

A crença era de que o Acre poderia entrar no circuito competitivo da economia internacional, permitindo-lhe “amenizar a pobreza”, com a abertura de postos de trabalho para a população local, mas na verdade, tratava-se apenas de estratégias para legitimar a política exploratória e encobrir o controle social e sobre a natureza. Isso refletiu de forma negativa no cotidiano local e na dinâmica regional, visto que, além de transgredir o território, afetou também as tomadas de decisões, ou seja, a autonomia. A esse respeito, Ponte (2014) informa que o modelo de desenvolvimento sustentável surge como uma contradição ao sistema, sendo um conceito que se vincula aos movimentos sociais e ambientais, mas somente para camuflar uma ideologia de mercado, mercantilizando a natureza.

O governo da Floresta (1999-2002), foi a administração mais sustentável com a criação de unidades de conservação, entretanto, é o mesmo período que houve o favorecimento de atividade madeireiras e o crescimento do rebanho bovino no Acre, este que necessita de grande terras desmatadas para pastagem.

No governo da Frente Popular, (2006-2010), houve a tentativa de efetivar o modelo sustentável e de agregar valor à floresta, mesmo com avanço da pecuária no Estado. Nesse período o Acre poderia ser considerado o mais neoliberal, pois foi o que mais se aproximou do capital internacional (Moura, 2018). O governo utilizou-se do histórico da luta seringueira para promover e tentar implementar a proposta do desenvolvimento sustentável, construída externamente, numa lógica que costuma atribuir o sentimento de “culpa” à sociedade, por seus excessos e necessidades produtivas. Dessa maneira, segundo Paula (2005), em sua maioria, os seringueiros são associados a uma forma primitiva de relação homem e natureza, sendo considerados atrasados ao garantir proteção ambiental.

Diante do exposto, a viabilidade econômica dos produtos da região, como a borracha e a castanha, fica marginalizada ao perceber a sua baixa rentabilidade econômica. Assim, o povo e a cultura dos povos do lugar são “esquecidos”, mas são lembrados na medida em que outros se apropriam de seus conhecimentos, apenas quando convém. Então, quem realmente utiliza a terra e lhe retira o valor que lhe foi atribuído é o capital (Pontes, 2014).

Segundo Moura (2018), de 1999 à 2018, a Frente Popular ou o Governo da Floresta, liderada por Jorge Viana e Tião Viana, filiados ao Partido dos Trabalhadores (PT), tornou o Estado uma vitrine da economia verde, baseada em um “modelo de sustentabilidade”,

utilizando-se do histórico de resistência seringueira e da luta pela preservação da floresta após a década de 1980. Este discurso do uso racional da floresta reproduz a fala já formalizada no âmbito internacional.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mercantilização da natureza reflete na Amazônia a nova forma do capital, que se utiliza do contexto de “preocupação” com o meio ambiente para reafirmar seu controle sobre o meio natural e preservar o território como reserva de valor. Não se deve esquecer que o capital sempre tenderá ao lucro, que o objetivo do capitalista é o lucro máximo. Dessa forma, a dominação acontece agora pelo neoliberalismo, como acontecia antes com o velho imperialismo. O passado tende a se repetir, porém sob um mantra verde.

O capitalismo verde explora e usa os bens naturais, além de privatizar algo que é do coletivo, mesmo que seu discurso afirme que haveria a união do modo de vida ecologicamente correto com o modo de produção sustentável. Entretanto, muito há que se questionar sobre o dito ‘ecologicamente correto’.

O estado do Acre é pioneiro quanto ao processo de mercantilização da natureza. Estado que desde os ciclos da borracha, vive de atividades extrativistas, em contato com o meio ambiente. Sob o Governo da Floresta ou da Frente Popular (1999 a 2018), marcou-se a inserção do Estado na lógica neoliberal, que passa a mercantilizar os elementos da natureza, sejam físicos, como plantas e animais, ou imaterial, como o carbono.

Essa forma de compor a lógica capitalista desenvolve-se a partir do discurso de pertencimento da “acrianidade”, que fortaleceu a história do Acre para posteriormente, utilizar-se dessa mesma história para afirmar que a floresta é o que irá promover o desenvolvimento do Estado, explorada de forma racional, com a prática do desenvolvimento sustentável.

### 4. REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. A precarização do trabalho como regra. *In*: ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviço na era digital**. 1. ed., São Paulo: Boitempo, 2018. cap. 9, p. 173-190.

ANTUNES, Ricardo. As respostas do capital à sua crise estrutural. *In*: ANTUNES, Ricardo. **Dimensões da crise estrutural do capital: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 6. ed., cap. III. São Paulo: Boitempo, 2015. p. 35-47.

ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho. *In*: ANTUNES, Ricardo. **Dimensões da crise estrutural do capital**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6. ed., cap. II. São Paulo: Boitempo, 2015. p. 29-35.

BECKER, Bertha Koiffmann. Geopolítica da Amazônia. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 71-86, abr. 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142005000100005>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/54s4tSXRLqzF3KgB7qRTWdg/?format=pdf>. Acesso em: 4 ago. 2023.

BECKER, Bertha Koiffmann. Novas territorialidades na Amazônia: desafio às políticas públicas. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.**, Belém, v. 5, n. 1, p. 17-23, jan./abr. 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1981-81222010000100003>.

BITTENCOURT, Maurício Pimentel Homem de. A questão ambiental amazônica. *In*: BITTENCOURT, Maurício Pimentel Homem de. **Jornalismo e ambiente na Amazônia**: questão ambiental amazônica. Rio Branco: ArteSam, 2018. p. 17-98.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Assalto ao Estado e ao mercado, neoliberalismo e teoria econômica. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 23 n. 66, p. 7-23, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142009000200002>.

CAMPELLO, M. A questão ambiental e a nova geopolítica das nações: impactos e pressões sobre a Amazônia brasileira. **Espaço Aberto**, v. 3, n. 2, p. 131-148, 2013. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/EspacoAberto/article/view/2119/1885>. Acesso em: 1 ago. 2023.

CARDOSO, Pedro Miguel. A insustentável leveza do capitalismo “verde”. **e-cadernos CES**, Coimbra, v. 34, p. 173-186, 2020. DOI: <https://doi.org/10.4000/eces.5824>

DUMÉNIL, Gerard; LÉVY, Dominique. Neoliberalismo - Neo-imperialismo. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 29, p. 1-19, abr. 2007. Versão online: v. 16, n. 1, jan. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecos/a/cfDMs4q5hRKM5JX45GchJ6C/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 3 jul. 2023.

FERREIRA, Degson. desenvolvimento sustentável ou mercantilização e financeirização da natureza? **Revista de Administração e Negócios da Amazônia**, Porto Velho, v. 5, n. 3, p. 49-62, set./dez. 2013. Disponível em: <https://periodicos.unir.br/index.php/rara/article/view/696>. Acesso em: 4 ago. 2023.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. 14. ed. 2. reimpr. São Paulo: Contexto, 2010. p. 148.

HARVEY, David. O “novo” imperialismo: acumulação por espoliação. **Socialist Register**, Londres, v. 40, p. 63-87, jan. 2004. Disponível em: [https://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/social/2004pt/05\\_harvey.pdf](https://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/social/2004pt/05_harvey.pdf). Acesso em: 8 ago. 2023.

IMAZON. Desmatamento na Amazônia chega a 10.781 k<sup>2</sup> nos últimos 12 meses, o maior em 15 anos. **Imazon**, Belém, jul. 2022. Disponível em:

<https://imazon.org.br/imprensa/desmatamento-na-amazonia-chega-a-10-781-km%C2%B2-nos-ultimos-12-meses-maior-area-em-15-anos/>. Acesso em: 15 ago. 2023.

KHALILI, Amayra El. O capitalismo na Amazônia contra Chico Mendes. **Pravda.ru**, Moscou, 22 set. 2022. Disponível em: [https://port.pravda.ru/science/56361-capitalismo\\_verde/](https://port.pravda.ru/science/56361-capitalismo_verde/). Acesso em: 30 jul. 2023.

MARX, Karl. O processo de trabalho ou processo de produzir valores-de-uso. *In*: MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política – livro I. Tradução SANT’ANNA, Reginaldo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 211-231.

MOURA, Julia Lobato Pinto de Moura. A mercantilização da natureza em 20 anos de políticas de desenvolvimento sustentável no Acre (1998-2018). **Revista GeoAmazônia**, Belém. v. 6, n. 12, p. 33-52, 2018. Disponível em: [https://periodicos.ufpa.br/index.php/geoamazonia/article/view/12528/pdf\\_106](https://periodicos.ufpa.br/index.php/geoamazonia/article/view/12528/pdf_106). Acesso em: 11 jul. 2023.

PAULA, Elder Andrade de. Nos labirintos da “modernização”: de “inferno verde” a “paraíso dos verdes”. *In*: PAULA, Elder Andrade de. **(Des)envolvimento insustentável na Amazônia Ocidental**: dos missionários do progresso aos mercadores da natureza. Rio Branco: Edufac, 2005. p. 185-248.

PAULA, Elder Andrade de.; MORAIS, Maria de Jesus. O conflito está no ar: povo das florestas e espoliação sob o contexto verde. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, SP, v. 18, n. 35, p. 347-365, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/6458>. Acesso em: 13 jun. 2023.

PENNA-FIRME, Rodrigo. Mercados “verdes” e a apropriação de terras para finalidade de conservação da natureza. **Ciência Geográfica**, Bauru, SP, v. XIX, n. 1, p. 109-118, jan./dez., 2015. Disponível em: [https://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXIX\\_1/agb\\_xix1\\_versao\\_internet/Revista\\_AGB\\_dez2015-09.pdf](https://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXIX_1/agb_xix1_versao_internet/Revista_AGB_dez2015-09.pdf). Acesso em: 3 mar. 2023.

PONTE, Karina Furini da. **O desenvolvimento sustentável e o controle social da natureza e do trabalho**: um estudo a partir da fábrica de preservativos masculinos de Xapuri (AC). 2014. 360f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, da Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, SP, 2014. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/122230>. Acesso em: 13 jun. 2023.

PRIEB, Sérgio A. M.; CARCANHOLO, Reinaldo A. O trabalho em Marx. *In*: CARCANHOLO, Reinaldo (org.). **Capital**: essência e aparência. Vol. 1. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 147-161.

SCHMIDLEHNER, Michael F. A função estratégica do Acre na produção do discurso da Economia Verde. **DossiêAcre – O Acre que os mercadores da natureza escondem**. 2012. Disponível em: [https://www.cimi.org.br/wp-content/uploads/2017/11/Dossi%C3%A9-acre\\_2012.pdf#page=15](https://www.cimi.org.br/wp-content/uploads/2017/11/Dossi%C3%A9-acre_2012.pdf#page=15). Acesso em: 30 jul. 2023.



VESENTINI, José William. Ecologia e Geopolítica: a dialética da natureza ecologismo e revolução social. *In*: VESENTINI, José William. **Geografia natureza e sociedade**. Coleção Repensando a Geografia. São Paulo: Contexto, 1992. p. 91.